

## Senadores examinam projeto que visa evitar desertificação

A Comissão de Meio Ambiente deve examinar hoje o projeto de Inácio Arruda que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação. O objetivo principal da proposta é apoiar o desenvolvimento sustentável nas áreas ameaçadas de desertificação. No parecer favorável ao projeto, o relator Marconi Perillo argumenta que o processo de aparelhamento dos agricultores em áreas de risco não produzirá resultados se não se abordar a questão da pobreza, que forçaria a exploração excessiva dos recursos naturais. **Página 4**

## Tuma convida Lyra a esclarecer denúncias sobre compra de rádios

Corregedor do Senado convida o usineiro João Lyra a falar sobre as denúncias de que teria comprado emissoras em parceria com Renan Calheiros. **Página 5**

## Comissão analisa projeto que simplifica registro de empresas

O projeto que simplifica o registro de empresas e o que amplia o uso do pregão eletrônico nas compras do governo constam da pauta da CAE. **Página 4**

## Em debate, idéias e propostas para a educação brasileira

A Comissão de Educação realiza hoje a oitava audiência pública com a finalidade de debater idéias e propostas para a educação brasileira. **Página 4**

O ministro José Gomes Temporão (entre Arlindo Chinaglia e Arlete Sampaio) apóia regulamentação da PEC da Saúde, projeto de Tião Viana (6º à esq.). **Página 3**

## Infraero admite a venda de aeroportos

Sérgio Gaudenzi, novo presidente da Infraero, diz que aceita discutir idéia de privatização mediante parcerias público-privadas



Moreira/Valiz

No debate, Gaudenzi (D), Zuanazzi, Garibaldi Alves, Ramon Cardoso e João Quirino Júnior

Em resposta a Eliseu Resende, Sérgio Gaudenzi disse que não tem preconceito sobre a privatização. Ressaltou, contudo, que dos 67 aeroportos administrados pela Infraero, somente dez dão lucro. “Quem vai assu-

mir os custos dos 57 que têm déficit?”, questionou. O presidente da Anac, Milton Zuanazzi, concordou que falta um órgão regulador único para o setor aéreo. Delcídio Amaral defendeu a autonomia das agências reguladoras. **Página 3**



Marcos Kalme

Alfredo Cardoso e Hesio Cordeiro devem ser sabatinados amanhã pela Comissão de Assuntos Sociais



Sob a presidência da senadora Patrícia Saboya, colegiado reúne-se a partir das 11h

## Duas indicações para Agência Nacional de Saúde em pauta

Duas indicações do governo para a diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) devem ser examinadas amanhã pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a partir das 11h.

Um dos nomes a serem analisados é o de Alfredo Luiz de Almeida Cardoso, que já é diretor da agência. A Casa Civil pretende reconduzi-lo ao cargo de diretor

de Normas e Habilitação da ANS, que ocupa desde 2004. O relator da indicação é o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE).

Já o parecer sobre a indicação de Hesio de Albuquerque Cordeiro caberá ao senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Hesio Cordeiro é médico e, entre 1992 e 1995, foi reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

### CORREÇÃO

O **Jornal do Senado**, em sua edição de ontem (segunda-feira, 13 de agosto), publicou na página 15 que o senador Expedito Júnior (PR-RO) “quer que o edifício-sede do Programa Interlegis, inaugurado por ACM em 1997, tenha o nome

de Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães”. Na verdade, o projeto de resolução (PRS 42/07) apresentado pelo parlamentar propõe que o auditório do Interlegis, e não o edifício, se chame Senador Antonio Carlos Magalhães. O projeto encontra-se na Comissão de Educação e está na fase de recebimento de emendas.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário lembra 180 anos dos cursos jurídicos no Brasil

Às 14h, inicia-se a sessão deliberativa ordinária, que tem pauta trancada por três projetos de lei de conversão. O primeiro a ser votado é o PLV 21/07, proveniente da Medida Provisória 369/07, que cria a Secre-

taria Especial de Portos. Na hora do expediente, os senadores homenageiam os 180 anos da criação dos cursos jurídicos no Brasil, instituídos por dom Pedro I com a Carta de Lei de 11 de agosto de 1827.



## Registro de empresas poderá se tornar mais simples

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se às 10h para analisar 12 itens. O primeiro projeto a ser examinado é o que trata da simplificação e integração

do processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas. A proposição, entre outras medidas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização

de Empresas e Negócios (Redesim). Também na pauta o projeto que estabelece que parte do produto da arrecadação da CPMF seja destinada ao município de origem.

## CDH discute direitos humanos no trabalho

Questões relativas ao trabalho e aos direitos humanos serão debatidas em audiência pública pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) a partir das 15h. Estão entre

os convidados os presidentes da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), Carlos Alberto Grana; e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique

da Silva Santos; e os presidentes estaduais da CNM Milton Viário, do Rio Grande do Sul; Valmir Marques, de São Paulo; e Aurino Pedreira Filho, da Bahia.



## CE realiza oitavo debate sobre educação brasileira

Na Comissão de Educação (CE) ocorre, a partir das 10h, a oitava reunião do ciclo de audiências públicas sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Estão convidados para o debate o secretário-executivo do Ministério

do Trabalho e Emprego, Ronaldo Lessa; e o chefe de gabinete do ministro da Justiça e secretário-executivo do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), Ronaldo Teixeira da Silva.

## CPI do Apagão Aéreo avalia desaparecimento de bens de vítimas do acidente da Gol

Às 11h, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo ouve os procuradores da República na Bahia Danilo Pereira Dias e Juliana de Azevedo Moraes a respeito de irregularidades em obras a cargo

da Infraero. Na mesma reunião, os senadores da CPI irão colher informações para esclarecer denúncias de desaparecimento de pertences das vítimas do acidente com o avião da Gol, em 29 de setembro de 2006.

Estão convidados para essa reunião, entre outros, a presidente da Associação dos Familiares das Vítimas do Vôo 1907, Angelita Marchi; e o delegado da Polícia Federal Flávio Maltez Coca.

## CMA examina Política Nacional de Combate à Desertificação

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) reúne-se às 11h30 para analisar, entre três proposições,

o projeto que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação (transformação

de uma região em deserto pela ação de fatores climáticos ou humanos).

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Weiller Diniz

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim e Leif Bessa

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920**

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Alvaro Dias, Efraim Morais, Papaléo Paes e Mão Santa

## Diretora da Anac falará a CPI sobre denúncia de favorecimento

A diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Denise Abreu, vai prestar esclarecimentos nesta quinta-feira, às 11h, à CPI do Apagão Aéreo sobre a acusação de haver tentado favorecer empresário de Ribeirão Preto (SP). A denúncia foi feita pelo ex-presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), brigadeiro José Carlos Pereira.

Denise Abreu foi acusada de tentar interceder junto à agência para transferir o setor de cargas dos aeroportos de Congonhas e Viracopos para o terminal de Ribeirão Preto, o que beneficiaria o empresário Carlos Ernesto Campos, dono da empresa Terminais Aduaneiros do Brasil. Para a reunião, estão também convocados o autor da denúncia e o atual presidente da Infraero, Sérgio Maurício Brito Gaudenzi.

### Publicidade aeroportuária

Amanhã, às 11h, a comissão toma depoimentos de empresários da área de *marketing* visando apurar irregularidades – denunciadas à CPI por representantes do Ministério Público Federal, da Controladoria Geral da União e da Polícia Federal – que ocorreram

em licitação promovida pela Infraero. Foi apontada a existência de indícios de superfaturamento em contrato publicitário, no valor de R\$ 26,8 milhões, firmado com a empresa FS3 Comunicação.

Estão convocados para falar à CPI Michel Farah e Ettore Casoria, donos da FS3 Comunicação; Adilson José da Silva, empregado da Sá Publicidade; José Oliveira Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Mídia Aeroportuária; e o empresário Aristeu Chaves Filho.

Hoje, às 11h, a CPI ouve os procuradores da República na Bahia Danilo Pinheiro Dias e Juliana de Azevedo Moraes, responsáveis pela condução de processos de apuração de irregularidades na Infraero. Na mesma reunião será debatido o desaparecimento de bens de vítimas do voo 1907 da Gol. Entre os convidados estão a presidente da Associação dos Familiares das Vítimas, Angelita Marchi; o delegado da Polícia Federal Flávio Maltez Coca; o oficial da Aeronáutica responsável pela coleta e guarda dos pertences pessoais das vítimas e o empregado da Gol que foi designado para acompanhar essa operação.

Sérgio Gaudenzi afirma em audiência pública no Senado que, dos 67 aeroportos administrados por empresa estatal, só dez apresentam lucro



Em audiência sobre marcos regulatórios, Garibaldi Alves, João Quirino, Ramon Cardoso, Delcídio Amaral, Milton Zuanazzi e Sérgio Gaudenzi

## Presidente da Infraero admite discutir privatização de aeroportos

Em audiência pública na Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o novo presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Sérgio Gaudenzi, admitiu discutir a privatização dos aeroportos brasileiros, idéia lançada nos últimos dias como alternativa para resolver os problemas aéreos do país. Ressaltou, porém, que a maior parte dos aeroportos é deficitária. Ele respondia ao senador Eliseu Resende (DEM-MG), que defendeu a exploração dos aeroportos por meio de parcerias público-privadas (PPPs).

– Eu não tenho preconceito com relação à privatização. Dos 67 aeroportos administrados pela Infraero, só dez têm lucro. Quem vai assumir os custos dos 57 que têm déficit? Estamos abertos à discussão, mas essa pergunta precisa ser respondida com clareza – afirmou Gaudenzi.

O presidente da subcomissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), sustentou que as discussões que começaram nos últimos dias no Congresso sobre mudanças na autonomia das agências reguladoras, principalmente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), representam “um retrocesso”. Delcídio advertiu que, se for dado ao Executivo o poder de demitir diretores das agências, elas passarão a ser usadas politicamente pelo governo.

O presidente da Anac, Milton Zuanazzi, concordou com observação de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), relator da subcomissão, de que falta um órgão regulador único no país para o setor aéreo e defendeu a criação de uma secretaria executiva do Conselho de Aviação Civil (Conac), que daria apoio ao colegiado para funcionar como órgão máximo da área.

### Controladores

O diretor-geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Ministério da Defesa (Decea), major-brigadeiro Ramon Borges Cardoso, relatou como vêm sendo resolvidos os problemas de sua área, com a contratação de novos controladores de voo. No entanto, levantou novos problemas, como a mudança do sistema de radares para equipamentos de rastreamento por satélites. O novo sistema será solução para aviões civis, mas não é caminho para aviões militares. Isso porque as informações de localização detalhada são repassadas do avião para os satélites e, no caso dos militares, isso não pode ser aplicado, pois afetaria até mesmo a segurança nacional. Assim, os militares devem continuar com os radares.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse esperar do governo alguma política para

que 250 cidades que perderam vôos regulares nos últimos anos voltem a ser atendidas pelas companhias aéreas, que hoje estão concentradas em 150 cidades. A saída, na opinião do presidente da Anac, seria o governo federal criar novamente alguma política de compensação para as empresas regionais que atendessem locais distantes ou cidades de menor porte.

O duopólio no setor de aviação civil (TAM e Gol) foi questionado por Garibaldi Alves e Valdir Raupp. Segundo o presidente da Anac, só os EUA têm quatro empresas, enquanto

a maioria dos países europeus mantém uma ou duas companhias. Raupp defendeu ainda a permissão para entrada de capitais estrangeiros na aviação brasileira – ele é autor de projeto que autoriza até 80% de capital externo. A atual legislação só aceita 20%.

Também presente à audiência pública no Senado, o presidente regional da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav-DF), João Quirino Júnior, reclamou da redução que as empresas aéreas fizeram na porcentagem destinada às agências na venda de passagens, ponderando que o setor enfrenta séria crise. As agências oferecem cerca de 400 mil empregos no país.

Márcia Lume



Berzoini, Tião Viana, Chinaglia, Temporão e Arlete no lançamento da campanha

## Ministro apóia ato do PT pela regulamentação da PEC da Saúde

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, manifestou ontem seu apoio à campanha “SUS – Essa luta é nossa! EC 29, regulamentação já”, iniciada pelo Partido dos Trabalhadores em ato no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal.

A Emenda à Constituição 29, conhecida como PEC da Saúde, visa estabelecer normas de cálculo do montante mínimo a ser aplicado anualmente pela União em ações e serviços públicos de saúde, além de estabelecer regras de fiscalização, avaliação e controle das despesas no setor, entre outras medidas.

Também estiveram presentes ao ato o senador Tião Viana (PT-AC), autor do projeto de lei complementar que regulamenta a emenda; o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT-SP); o presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini; o presidente da CUT, Artur Henrique da Silva; e a secretária-executiva adjunta do Ministério do Desenvolvimento Social, Arlete Sampaio.

Compareceram ainda ao encontro representantes da área de saúde e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

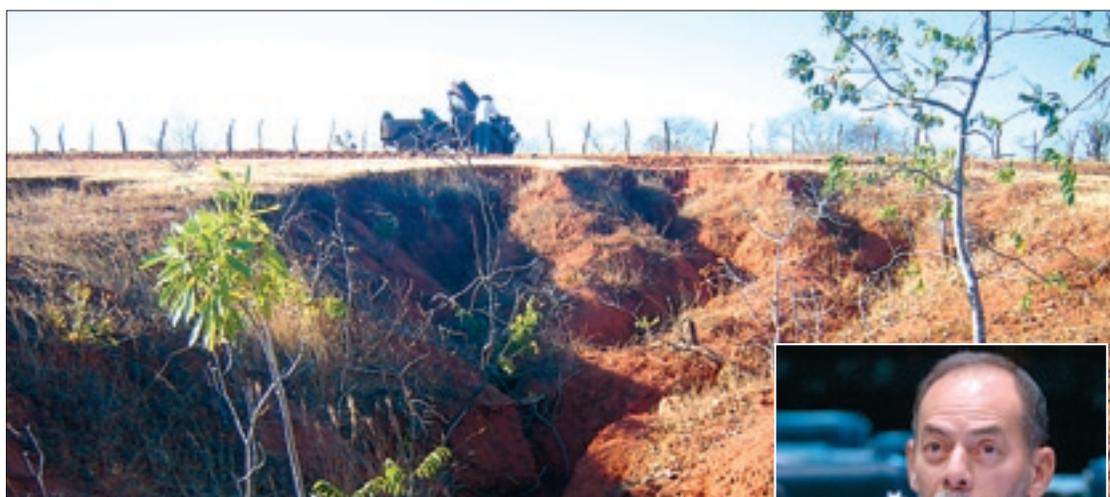
Proposta em exame na Comissão de Meio Ambiente amplia a responsabilidade do poder público na proteção de áreas mais suscetíveis à degradação

# Senadores discutem política de combate à desertificação

O projeto do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação deve ser examinado hoje pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a partir das 11h30. A proposição tem como objetivo principal apoiar o desenvolvimento sustentável nas áreas ameaçadas de desertificação.

De acordo com a matéria (PLS 70/07), cumpre ao poder público diagnosticar o avanço do processo de degradação ambiental nas áreas consideradas de risco. O texto determina ainda que sejam instituídos mecanismos de proteção, conservação e recuperação de vegetação e de solos degradados, além de estimular a política de gestão de recursos hídricos.

Em seu parecer favorável, o



Recuperação de solos erodidos está entre as prioridades do projeto de Inácio Arruda

senador Marconi Perillo (PSDB-GO) argumenta que o processo de aparelhamento dos agricultores em áreas de risco de desertificação não produzirá resultados se a questão da pobreza não for

abordada. É por falta de recursos que o pequeno proprietário rural se vê forçado a explorar excessivamente os recursos naturais de sua propriedade, explica.

Por esse motivo, Marconi apre-



sentou emenda ao projeto para incluir, entre os deveres do poder público, o de promover a agricul-

tura familiar e adotar medidas que melhorem as condições socioeconômicas das populações das áreas em risco de desertificação.

– As ações de combate à desertificação devem ser executadas com a participação das comunidades afetadas, devendo promover o uso sustentável dos recursos locais por meio de uma abordagem integrada de fatores climáticos, biológicos e socioeconômicos com as estratégias de erradicação da pobreza – diz o relator.

A pauta da reunião da CMA inclui ainda requerimento da senadora Fátima Cleide (PT-RO) ao Banco do Brasil para que a comissão receba relatório sobre os beneficiários de linhas de crédito que usaram recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) a partir do ano 2000.

IlCA Brasil

Janeiro

## CAE vota simplificação de processo para abrir empresas

A criação de uma rede nacional para simplificar o processo de abertura de empresas deverá ser analisada hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em reunião marcada para as 10h. Entre as finalidades da nova estrutura está a integração do processo de registro de pessoas jurídicas, de forma a compatibilizar procedimentos e evitar a duplicidade de exigências.

De acordo com a proposta (PLC 115/06), aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) será administrada por um comitê presidido pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O projeto teve parecer favorável do relator na CAE, senador Sibá Machado (PT-AC).

Os órgãos e entidades que vão



Comissão de Assuntos Econômicos decide ainda sobre pedido de crédito do Executivo

compor a Redesim, conforme o texto, deverão manter à disposição dos usuários, de forma presencial e pela internet, informações que permitam pesquisas prévias às etapas de registro, alteração e baixa de pessoas jurídicas. O objetivo é dar ao usuário certeza quanto à documentação exigida e à viabilidade do registro.

Também consta da pauta da CAE mensagem do Executivo que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, no valor de até US\$ 150 milhões, para o segundo empréstimo do programa Crescimento Sustentável com Equidade. A matéria tem parecer favorável do senador Neuto de Conto (PMDB-SC).

Câmara

## Comissão examina regras para ampliar uso do pregão eletrônico

Também consta da pauta da CAE o projeto de lei, já aprovado na Câmara, que amplia o uso do pregão eletrônico nas compras do governo com o objetivo de dar mais transparência às licitações e concorrências públicas.

A proposição (PLC 32/07) foi debatida em audiências e já tramitou na comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Constituição e Justiça (CCJ), onde sofreu várias emendas. O texto altera a Lei 8.666/93 para adequar as licitações e contratações governamentais às novas tecnologias da informação e aproximá-las das melhores práticas mundiais. O relator na CAE é o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

A proposta original do governo, que é parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), exigia a veiculação de editais apenas



Suplicy elabora relatório para tentar compatibilizar mudanças no projeto

na internet. O Congresso restabeleceu a publicação em jornais de grande circulação. Suplicy deverá propor a redução do valor limite da licitação a partir do qual o edital terá de ser publicado em jornal. Também vai tentar harmonizar as emendas para facilitar a tramitação quando o projeto retornar para nova análise pelos deputados.

Câmara

## Oitava audiência debate o PAC da Educação

A Comissão de Educação (CE) realiza hoje a oitava audiência pública para debater idéias e propostas para a educação brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), chamado de PAC da Educação.

A reunião faz parte de um ciclo com 12 debates cujas conclusões serão entregues aos ministros da Educação, da Fazenda e da Casa

Civil e ao presidente Lula.

O encontro terá dois convidados: o secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, Ronaldo Lessa; e o chefe de gabinete do ministro da Justiça e secretário-executivo do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), Ronaldo Teixeira da Silva.

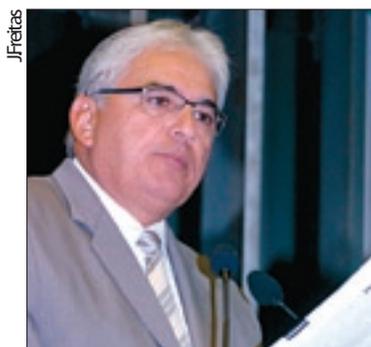
No nono encontro está prevista

a participação dos governadores de São Paulo, José Serra; do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; e de Minas Gerais, Aécio Neves. Para o décimo debate foram convidados os presidentes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), do Conselho Nacional da Educação e da Academia Brasileira de Ciências, entre outras entidades.



Comissão de Educação vem realizando um ciclo de debates que terá 12 audiências

Câmara



Efraim ministra aula inaugural do curso "Fundamentos da Integração Regional"

## Representação brasileira no Parlamento do Mercosul elege presidente hoje

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul reúne-se hoje para a eleição do presidente e de seus dois vice-presidentes.

O Congresso Nacional criou a representação em julho. Entre as atribuições do colegiado, está a de apreciar e emitir parecer sobre todas as matérias de interesse do Mercosul que venham a ser sub-

metidas ao Legislativo, inclusive as que tenham origem nos órgãos decisórios do bloco.

A representação pode também apreciar se as mesmas normas foram, efetivamente, adotadas de acordo com os termos do parecer do Parlamento do Mercosul e, em caso afirmativo, passa a ser o único órgão técnico do Congresso brasileiro a avaliar

a matéria.

### Curso

Amanhã, o 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), que é titular da representação brasileira, dará a aula inaugural do curso "Fundamentos da Integração Regional: o Mercosul".

O tema da aula, que será proferida a partir das 10h30 no auditório do Interlegis, é "O Processo

de Integração no Mercosul". A sessão de abertura ocorrerá às 10h. O curso, que terá a duração de 80 horas-aula e será ministrado a distância, estende-se até novembro e atende a uma solicitação do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) diante da demanda de profissionais e estudantes interessados em conhecer as origens do Mercado Comum do Sul.

## Bolsas de pós podem ter financiamento complementar

Está na pauta da Comissão de Educação (CE) projeto que cria programa de financiamento complementar – para os estudantes de mestrado e doutorado – às bolsas de estudo concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Segundo a autora, Fátima Cleide (PT-RO), a proposta (PLS 304/06) responde à necessidade de estabelecer "uma nova matriz orçamentária para o fomento do sistema nacional de pós-graduação". O programa teria diversas fontes de recursos: dotações orçamentárias, 5% da renda líquida dos concursos de prognósticos da Caixa Econômica Federal, 15% dos recursos de premiação desses concursos quando os contemplados não se apresentarem dentro do prazo de prescrição e parcela dos recursos dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, entre outros.

A matéria prevê ainda que o programa será coordenado por um comitê gestor a ser criado no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia. Tal comitê seria composto por representantes do poder público, dos empresários, dos trabalhadores, dos professores e dos estudantes de pós-graduação.

O projeto não recebeu emendas e conta com o voto favorável do relator, Raimundo Colombo (DEM-SC).



Fátima Cleide considera necessário fomentar a pós-graduação no país

## Corregedor convida Lyra para esclarecer denúncia sobre rádios

Mesa diretora se reunirá às 11h para tratar da representação encaminhada por DEM e PSDB contra o presidente do Senado

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), vai convidar o ex-senador e usineiro João Lyra para esclarecer as denúncias da revista *Veja* de que ele teria comprado, em parceria com o presidente do Senado, Renan Calheiros, duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas, em nome de "laranjas". A informação é da assessoria de gabinete de Tuma, que na manhã de ontem elaborou o ofício a ser enviado a Lyra para que, caso aceite o convite, escolha dia e hora de depor.

Está prevista para hoje, às 11h, reunião da Mesa do Senado para decidir se encaminha ou não ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar representação do DEM e do PSDB contra Renan, a fim de que o colegiado investigue a



Assessoria do gabinete de Tuma elaborou ofício formulando convite

denúncia.

Renan já está sendo investigado pelo conselho em dois processos protocolados pelo PSOL, ambos com base em denúncias de *Veja*. O primeiro para apurar

se o parlamentar tinha parte de suas despesas pessoais pagas por um funcionário da construtora Mendes Júnior e o segundo para investigar as relações de Renan com a cervejaria Schincariol.

Nesta semana, o presidente do conselho, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), deve escolher o relator para a representação das denúncias referentes à Schincariol. De acordo com *Veja*, Renan teria intercedido a favor da empresa junto ao INSS – para impedir a execução de dívidas – e à Receita Federal – contra multas por sonegação de impostos – depois de a cervejaria ter comprado, por R\$ 27 milhões, uma fábrica de refrigerantes de um de seus irmãos, o deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL).

## Casagrande decidirá hoje se aceita integrar nova relatoria

O senador Renato Casagrande (PSB-ES), um dos três relatores da primeira representação contra Renan Calheiros, afirmou ontem, em entrevista à Agência Senado, que deverá decidir hoje se aceita ou não o convite do presidente do Conselho de Ética, senador Leomar Quintanilha, para que assumira também a relatoria da segunda representação, que pode ser compartilhada, a exemplo daquela, com Almeida Lima (PMDB-SE) e Marisa Serrano (PSDB-MS).

– A consulta foi feita. Nós vamos refletir juntos amanhã [hoje]. Precisamos saber se aceitar esse convite não vai implicar atraso do processo que já está em curso. Uma representação não pode atrapalhar a outra. São processos

separados.

Questionado sobre a possibilidade de os mesmos relatores serem convidados para assumir ainda uma terceira representação, Casagrande observou que outros membros do colegiado também podem se tornar relatores. Pode ser enviada ao Conselho de Ética ainda nesta semana, após reunião da Mesa diretora, representação do DEM e do PSDB que solicita a apuração da denúncia de que o presidente do Senado teria utilizado "laranjas" para se tornar "sócio oculto" de empresas de comunicação de Alagoas com recursos de origem desconhecida.

### Perícia

O senador voltou a afirmar que a perícia que a Polícia Federal realiza nos documentos apre-



Perícia da PF em documentos pode ficar pronta esta semana, afirma Casagrande

sentados pela defesa de Renan Calheiros para comprovar operações de compra e venda de gado – fonte, segundo ele, dos recursos que utilizou para pagar a pensão à filha que teve com a jornalista Mônica Veloso – deve ficar pronta até a próxima sexta-feira. Segundo Renato Casagrande, a Polícia Federal ainda não adiantou ao colegiado nada em relação ao conteúdo da perícia



Grupo de Trabalho para a Reforma Processual Penal foi proposto por Ideli

## STF apresenta propostas para agilizar processos

Os senadores que integram o Grupo de Trabalho para a Reforma Processual Penal encontram-se hoje com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, que lhes entregará propostas para o combate à morosidade na tramitação dos processos.

Essas propostas foram obtidas a partir de um levantamento realizado junto a integrantes de todas as instâncias do Judiciário.

O grupo terá um prazo de 30 dias para discutir a agregação de todos os projetos que tratam da tramitação de processos do Código Penal, com o objetivo de agilizar o andamento dessas matérias no Legislativo.

Criado no início de julho deste ano por requerimento da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), o grupo de trabalho funciona no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e também conta com os senadores Romeu Tuma (DEM-SP), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Pedro Simon (PMDB-RS) e Jefferson Péres (PDT-AM). Ainda por sugestão de Ideli, um grupo de trabalho similar ao dos senadores foi criado na Câmara, como forma de garantir um equilíbrio entre os trabalhos das duas Casas e agilizar a tramitação das propostas.

## Mão Santa pede a Lula conclusão de obras inacabadas

Ao afirmar que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a exemplo das parcerias público-privadas (PPPs), tem mais propaganda do que ação, Mão Santa (PMDB-PI) pediu ao presidente Lula que “pelo menos conclua as obras inacabadas do Piauí”. Entre elas, citou o porto de Luís Correia, a estrada de ferro que liga Teresina àquela cidade, o projeto de irrigação Tabuleiros Litorâneos e a ponte comemorativa do sesquicentenário de Teresina.

– O porto começou a ser construído no governo Epitácio Pessoa. Nas vésperas da sua reeleição, o presidente Lula iludiu o ex-senador Alberto Silva, que vai fazer 88 anos. Disse que colocaria os trens do estado para funcionar. Até hoje não trocou um dormente. Teresina está completando 155 anos esta semana e a Ponte do Sesquicentenário não foi concluída.

Mão Santa qualificou de mentira a informação de que existem aeroportos internacionais em Parnaíba e em São Raimundo Nonato. Ele contou que, ao viajar recentemente de teco-teco para Parnaíba, teve que passar por Teresina porque o aeroporto daquela cidade nem sequer tinha gasolina.

– Quando eu era governador, o aeroporto funcionava. Agora entraram uns aloprados e quebraram tudo. Hoje só tem jumento no aeroporto.

Senador esclarece que proposta, tramitando na Câmara há 12 anos, concede benefício por idade ou invalidez, no valor do salário mínimo, a quem trabalhe para mais de um empregador

# Lobão defende aposentadoria para os bóias-frias sem carteira assinada

Atendendo a um grupo de trabalhadores rurais da região dos Cocais Maranhenses, o senador Edison Lobão (DEM-MA) pediu a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei que garante aposentadoria por idade ou por invalidez, no valor de um salário mínimo, ao bóia-fria que preste serviço a mais de um empregador e não tenha Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada. O projeto está tramitando há 12 anos naquela Casa.

– A matéria é extremamente relevante para todo o país, mas especialmente para o meu estado, o Maranhão, que é predominantemente agrícola. A maioria da população maranhense está no campo, tendo mulheres, em muitos casos, como chefes de família. São elas, mulheres corajosas, que, nessas situações, sustentam os

filhos, as filhas e outros parentes com o fruto do trabalho árduo, mas digno – afirmou.

Lobão explicou que, em linhas gerais, o projeto estabelece que, nos casos de entrada de pedido para aposentadoria, o trabalhador do campo poderia comprovar o exercício da atividade rural mediante declaração de sindicato de trabalhadores rurais, devidamente homologada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Mão Santa (PMDB-PI) observou, em aparte, que o campo foi abandonado, especialmente os trabalhadores rurais, que acabam migrando para a periferia das grandes cidades. O



Lobão afirma que proposta é de grande relevância social

senador lembrou que o antigo Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural) destinava recursos a hospitais para atender essa população.

## Alvaro: crise mundial pode afetar crescimento do país

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) alertou ontem, da tribuna, o governo federal para a possibilidade de o país vir a enfrentar dificuldades no próximos anos em decorrência da crise de liquidez financeira que se instalou nos últimos dias nos mercados mundiais.

Alvaro lembrou que na semana passada, em apenas 48 horas, a crise que assaltou os mercados financeiros mundiais consumiu algo em torno de US\$ 300 bilhões dos principais bancos centrais, montante sem precedentes nos últimos seis anos.

Citando o professor de Economia Barry Eichengreen, da Universidade da Califórnia, o parlamentar observou que o Brasil, mesmo desfrutando uma situação mais sólida atualmente, deixou de promover avanços institucio-



Alvaro aponta que Brasil não promoveu avanços institucionais

nais importantes, como o controle da corrupção, a governança corporativa, a regulamentação e transparência financeira, cuja ausência, observou,

poderá inviabilizar o processo de crescimento brasileiro.

– Alertamos muitas vezes, fazendo coro com os especialistas, que o período de liquidez abundante não duraria para sempre, e perdemos muitas oportunidades nesta fase – frisou o representante paranaense.

### Faculdade

Alvaro Dias encaminhou à Mesa do Senado voto de aplauso ao empresário Assis Gurgacz pela passagem do oitavo aniversário de fundação da Faculdade Assis Gurgacz, sediada na cidade de Cascavel, no estado do Paraná.

## Defensoria deve ter autonomia financeira, diz Jucá

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), apelou em discurso no Plenário ao Ministério da Justiça e à Casa Civil para que estudem com rapidez e encaminhem proposta de emenda à Constituição com a finalidade de estabelecer a autonomia orçamentária e financeira da Defensoria Pública da União. Ele argumentou que tal autonomia já existe para as defensorias estaduais e afirmou que também a da União precisa de instrumentos que tornem a sua atividade mais eficiente.

Jucá explicou que a Defensoria Pública da União representa a população que não pode pagar advogado na defesa de seus direitos. Ele explicou que podem utilizar os serviços da instituição as pessoas que não têm renda ou cuja renda é inferior ao limite de isenção do Imposto de Renda. A Defensoria, disse, atua na defesa dos direitos dos brasileiros em diversas áreas, como em questões previdenciárias, de assistência social e em ações criminais.

O senador afirmou que pretende mandar imprimir a *Cartilha da Defensoria Pública* para distribuir à população de Roraima. Observou que considera fundamental que as pessoas recebam informações necessárias sobre como buscar o trabalho daquela instituição na defesa de seus direitos.



Jucá pede elaboração de proposta para fortalecer instituição

## A água vale ouro

A água doce é um bem cada vez mais escasso. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso a água potável. Medidas simples podem fazer a diferença.



Anic: Cirilo Quaresma / Fonte: Prisma e Instituto Alatau

Gerardo Vagôla

## Papaléo defende criação da ZPE do Meio do Mundo no Amapá

Em defesa da criação da Zona de Processamento de Exportação do Meio do Mundo, proposta pelo governo do Amapá, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) observou ontem que o estado “está andando na frente para dar curso à implantação da zona de processamento de exportação”. O nome foi escolhido porque a ZPE se localizaria na região da linha do Equador, explicou. Ele informou ainda que o governo do Amapá protocolou o projeto de criação da ZPE no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A ZPE do Meio do Mundo, informou Papaléo, ocupará uma área de 1.800 hectares e tem investimentos iniciais previstos de R\$ 3 milhões. As principais atividades a serem desenvolvidas são a silvicultura, exportação de madeira e atividades portuárias relacionadas à exportação de grãos. Os incentivos fiscais, disse, possibilitarão atividades industriais que “passarão a existir” no estado.

As ZPEs, afirmou, são importantes instrumentos de indução do crescimento regional, de fortalecimento do balanço de pagamento dos países que as adotaram e de difusão tecnológica e desenvolvimento econômico e social.

O senador acredita que é tão grande a importância das ZPEs



Segundo Papaléo, ZPE seria localizada na região da linha do Equador, daí seu nome

que, além das 17 já autorizadas, tramitam no Senado 24 projetos de diversos parlamentares propondo a criação de novas áreas.

De fato, observou, o modelo de ZPEs é uma experiência exitosa no mundo, de acordo com estudo de 2002 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), segundo a qual existem mais de 3 mil distritos de zonas de exportação no mundo, que beneficiam cerca de 37 milhões de pessoas em mais de cem países, entre eles Estados Unidos, China e México.

Nos EUA, com 400 ZPEs, cerca de 2.700 empresas beneficiadas obtiveram, em 2004, lucro de US\$ 305 bilhões, informou Papaléo. Já na China, a criação de cinco zonas especiais de exportação (ZEEs) no governo de Deng Xiaoping teria propiciado, durante 15 anos, um crescimento médio de 10% do PIB ao ano.

## Leilão de energia da usina de Santo Antônio será em outubro, diz Raupp

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) registrou o anúncio, feito pelo Ministério de Minas e Energia, de que o leilão de compra de energia elétrica gerada pela futura usina de Santo Antônio será realizado no próximo 30 de outubro. A hidrelétrica é uma das duas previstas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no rio Madeira, em Rondônia.

Ambas as usinas serão construídas com investimentos da ordem de R\$ 20 bilhões, e poderão gerar até 50 mil empregos diretos e indiretos, afirmou o senador.

A portaria do Ministério de Minas e Energia autoriza a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a promover o leilão da energia gerada pela usina. O início da entrega da energia será em 2012. O documento também estabelece que o contrato de venda terá um prazo de 30 anos.

Raupp comemorou ainda convênio firmado entre o governo



Energia elétrica começa a ser entregue em 2012, ressalta Valdir Raupp

federal, o governo de Rondônia e a prefeitura de Porto Velho para investimentos de R\$ 500 milhões em saneamento básico e habitação na capital do estado.

– São obras importantes para sustentar o impacto que vai gerar a construção dessas grandes usinas em Rondônia – disse Raupp.

Em aparte, Edison Lobão (DEM-MA) afirmou que investimentos na geração de energia elétrica são fundamentais para sustentar o crescimento brasileiro.

Senador destaca benefícios socioambientais conquistados a partir de uma “política corajosa e estruturante do governo federal”, em parceria com estados e sociedade civil

## Tião Viana comemora redução do desmatamento na Amazônia

O desmatamento na Amazônia Legal teve uma queda de 25% entre agosto de 2005 e julho de 2006, comemorou o senador Tião Viana (PT-AC). Esses dados, acrescentou, refletem o trabalho que vem sendo realizado pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

O anúncio da redução dos índices de desmatamento na região foi feito na última sexta-feira pela ministra Marina Silva e pelos ministros do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes; e da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Tião Viana observou que esta é a segunda queda observada desde março de 2004, quando o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal foi lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

De acordo com o senador, a redução do desmatamento verificada nos últimos três anos implica benefícios socioambientais, uma vez que deixaram de ser emitidas cerca de 410 milhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera e foi evitado o



Tião Viana também defende investimentos em saúde

desaparecimento de aproximadamente 20 mil aves e mais de 750 primatas, entre outros.

– Tais resultados são fruto de uma política corajosa e estruturante, assumida pelo governo federal em parceria com governos estaduais e com a sociedade civil – disse o senador, ao citar pronunciamento de Marina Silva.

### Saúde

Tião Viana também comunicou que o Partido dos Trabalhadores, com a participação do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, lançou ontem uma campanha nacional pela aprovação do projeto de lei complementar que regula-

menta a Emenda Constitucional 29 – chamado de PAC da Saúde, em referência ao Programa de Aceleração do Crescimento. Os recursos a serem investidos no Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com o senador, podem ser incrementados em até R\$ 10 bilhões.

Tião Viana lembrou que foi o primeiro parlamentar a apresentar projeto de lei complementar sobre o assunto, em 2002. O movimento pela aprovação da

proposta envolve a participação de entidades municipais, estaduais e da União, bem como do terceiro setor – constituído por organizações sem fins lucrativos e não-governamentais, que têm como objetivo gerar serviços de caráter público.

– Espero que a consequência seja a aprovação da lei e o reconhecimento pelo país de que não podemos abrir mão de responsabilizar de maneira definitiva os estados, municípios e a própria União, de uma forma sustentada, para não termos os imprevistos da crise de financiamento para o setor – observou.

## Sibá quer novo sistema produtivo que evite a queima de florestas

O Brasil precisa encontrar mecanismos, tecnologias e investimentos que substituam as atuais formas de ocupação predatória da Amazônia, afirmou ontem Sibá Machado (PT-AC).

Para o senador, a estratégia adotada pelo governo militar de promover a ocupação da região com assentamentos agrários acabou por incentivar o desmatamento desenfreado e o avanço da pecuária, causando prejuízos para a população de diversos municípios.

– É preciso encontrar formas e caminhos de desenvolvimento da Amazônia sem o uso do recurso do corte raso e da queima de floresta – defendeu.

O Brasil, ao lado de outros países, vem sendo responsabilizado pela emissão de gás carbônico na atmosfera, uma das razões do aquecimento global, afirmou.

De acordo com Sibá, embora “a soma das chaminés das indústrias brasileiras” emita muito menos gás carbônico que as indústrias dos países mais industrializados, quando se trata da emissão decorrente da queima de florestas, o país passa a ser um dos que mais contribuem para a poluição atmosférica e, portanto, para o efeito estufa.

No entanto, ao avaliar o tratamento que o governo Lula tem dado aos problemas ambientais, o senador afirmou que ele tem sido adequado, como comprovariam dados divulgados recentemente pelo Ministério do Meio Ambiente apontando redução gradativa do desmatamento da Amazônia.

### Empresas

Sibá defendeu ainda a aprovação do projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 115/06) que



Sibá considera adequado tratamento do governo Lula a problemas ambientais

simplifica o registro da abertura e fechamento de empresas no país.

A proposta deverá ser votada hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) e, em seu entendimento, poderá contribuir para a redução da informalidade e a geração de empregos.

O projeto reduz de 170 para 15 dias o tempo do registro de uma empresa, informou Sibá.

Fotos:GeraldMagela



Mão Santa critica reajuste de 140% aos valores pagos para cargos de confiança

## Mão Santa defende aumento maior para aposentados

Mão Santa (PMDB-PI) pediu ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que coloque em discussão o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao aumento de 16,7% aos aposentados, aprovado pelo Congresso Nacional. Mão Santa lembrou que Lula deu apenas 3,4% aos aposentados, reclamando responsabilidade dos parlamentares, e 140% aos “alopradados” ocupantes de cargos de confiança no governo federal.

O senador voltou a protestar contra a intenção do governo Lula de estender a validade da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Mão Santa sugeriu a Sibá Machado (PT-AC) que dissesse ao presidente Lula para procurar o significado da palavra “provisório” em um dicionário da biblioteca do Palácio da Alvorada.

Mão Santa salientou que a CPMF foi uma criação do então ministro da Saúde Adib Jatene, que pretendia obter mais recursos para o setor, “que ia mal”.

O parlamentar citou estudo realizado pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) demonstrando que os que ganham menos pagam mais CPMF. Segundo esses dados, a massa assalariada que recebe até R\$ 1 mil paga o equivalente a 2% do produto interno bruto (PIB), cerca de R\$ 26 por mês e R\$ 300 por ano.

– R\$ 300 é pouco para quem ganhou mensalão, para os alopados do PT, mas é muito para o trabalhador que ganha R\$ 1 mil. É o povo que paga a conta. Essa Casa está em jogo, o povo está olhando. Esse dinheiro nunca foi para a saúde, que continua mal e piorou. Só vamos votar a CPMF se for para a saúde, para quem precisa de atendimento médico, para quem faz hemodiálise. Vivemos hoje o apagão de vida dos doentes de insuficiência renal – alertou Mão Santa

Em discurso da tribuna, senador cobra seriedade dos governantes brasileiros na busca de soluções para problemas do país, como “o óbvio apagão energético que se anuncia”

# Cristovam: “É preciso um susto para despertar as autoridades”

No dia 13 de julho, o senador Romeu Tuma (DEM-SP) afirmou da tribuna que nem uma sessão de descarrego melhoraria o clima no Senado. Ontem, exatamente um mês depois, Cristovam Buarque (PDT-DF) opinou que, em vez de descarrego, o Brasil precisa de um susto para que sua classe dirigente passe a tratar com seriedade os problemas que afetam o país.

Cristovam lembrou que o governo federal só despertou para a gravidade da situação do tráfego aéreo do país quando a população se assombrou “ao ver na televisão um avião pegando fogo, após não conseguir parar, ao tentar aterrissar no aeroporto de Congonhas”.

Mesmo assim, o senador pelo DF disse estar assustado com o fato de o ministro nomeado para a Defesa, Nelson Jobim, gastar tempo discutindo a distância entre os assentos de um avião. Cristovam lamentou o fato de a questão das fronteiras, a recuperação das Forças Armadas, a desvalorização salarial dos militares e até a falta



Para Cristovam, o ministro da Defesa tem atuado como “gerente de tráfego aéreo”

de comida para soldados, nos quartéis, serem esquecidas, enquanto o ministro assume o papel de gerente de tráfego aéreo.

### Privilégios

O parlamentar do PDT também demonstrou surpresa com a derrubada de um veto, pelos deputados estaduais de Minas Gerais, apresentado pelo governador Aécio Neves. O veto tinha por objetivo impedir o aumento do número de autoridades com foro privilegiado. Cristovam comentou que em qualquer sistema

jurídico rígido é mais fácil para um réu vencer determinada causa em uma instância inferior do que em uma superior.

– Quando vamos dar um susto no país? Quando houver tentativa de golpe militar? Quando o povo for para a rua pedir o fechamento do Congresso? Será que não vamos nos assombrar com o óbvio apagão energético que se anuncia? Ou vamos esperar acontecer o mesmo susto que houve no governo Fernando Henrique Cardoso, quando foi necessário fazer um racionamento? – indagou.

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) disse que o ministro Nelson Jobim está cuidando diretamente da crise aérea em virtude de o assunto estar provocando ansiedade na população.

Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) classificou de encenação a atuação de Jobim até o momento. Por sua vez, Mário Couto (PSDB-PA) opinou que o descuido do governo Lula agravou a situação da infra-estrutura do Brasil.



Muitos alunos no interior do país não têm acesso às escolas, alerta Mário Couto

pelo governo estadual, mas gasta R\$ 400 mil com o serviço.

– Olha o absurdo! O prefeito dirá que a responsabilidade não é dele, é do governo federal, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e passará a não mais transportar os alunos – lamentou.

### Descaso

O parlamentar afirmou visitar, todos os anos, os 143 municípios de seu estado, mas destacou que o presidente da República, talvez devido ao excesso de funções, não deve ter conhecimento do que se passa no interior do país.

– Acho que ele não vai aonde nós vamos, e ninguém pode culpá-lo por isso. Mas será que ele não tem nenhum assessor, nenhum ministro que possa alertá-lo sobre a existência de milhares de crianças pobres que deixam de ir à escola por falta de transporte escolar? – protestou.

Mário Couto lamentou o fato de o governo federal não ter aprovado o aumento de um ponto percentual na composição do Fundo



Gilvam Borges vê distorção no domínio pela União sobre áreas em seu estado

## Gilvam cobra transferência de terras ao Amapá

Em discurso no Plenário, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) voltou a cobrar a transferência, para o Amapá, de terras do estado que ainda estão em nome da União. De acordo com o parlamentar, tal fato vem atrasando o desenvolvimento da região, pois os pequenos e médios produtores ficam impedidos de contratar linhas de crédito para financiar suas atividades.

A medida, segundo ele, irá corrigir uma distorção que persiste desde a transformação do antigo território federal do Amapá em estado, ocorrida com a promulgação da Constituição de 1988. Conforme explicou o senador, a falta de definição quanto à titularidade das terras inibe novos investimentos naquela unidade da Federação.

– É de fundamental importância que o estado tenha o que a Constituição garante – frisou.

Gilvam Borges lembrou que apresentou projeto (PLS 238/07) para solucionar o problema e manifestou a sua confiança na aprovação da matéria.

### Distorção

Na justificativa da proposta, o senador argumenta que grande parte das terras públicas existentes no Amapá ainda está sob domínio da União, “realidade absolutamente incompatível com a extensão da autonomia político-administrativa com que deve contar um estado-membro”. A transferência das terras, acrescenta o parlamentar, permitirá que os agricultores do Amapá obtenham empréstimos do governo federal a taxas de juros mais baixas que as do mercado.

O projeto de Gilvam determina que as terras transferidas ao domínio do Amapá sejam utilizadas para assentamento e colonização, podendo ser adotado o regime de concessão de uso. A aquisição ou o arrendamento de lotes por estrangeiros obedecerá aos limites, condições e restrições estabelecidas na legislação federal.